Com efeito, a petição de Recurso Especial deve conter: 1) a exposição do fato e do direito; 2) a demonstração do cabimento do recurso interposto; 3) as razões do pedido de reforma da decisão e 4) quando o apelo fundar-se em dissídio jurisprudencial, o recorrente fará prova da divergência mediante certidão, cópia autenticada ou pela citação de repositório de jurisprudência, oficial ou credenciado, inclusive em mídia eletrônica, em que tiver sido publicada a decisão divergente, ou ainda, pela reprodução do julgado na internet, com indicação da respectiva fonte, mencionando, em qualquer hipótese, as circunstâncias que identifiquem ou assemelhem os casos confrontados (CPC, art. 541, I a III e parágrafo único).

Deste modo, a demonstração do cabimento do recurso é requisito tido como imprescindível à sua admissibilidade, o que em nenhum momento foi demonstrado com clareza.

Os arts. 121, §4º, incisos I e II, da Carta Maior e 276, I, §aº e §bº, do CE, preconizam que cabe recurso especial quando as decisões dos Tribunais Regionais Eleitorais forem proferidas contra expressa disposição da Constituição Federal ou de lei ou quando ocorrer divergência na interpretação de lei entre dois ou mais Tribunais Eleitorais.

O recorrente alega em suas razões recursais que a decisão combatida merece ser reformada diante da "flagrante divergência jurisprudencial". Sustenta, notadamente, que as provas constantes dos autos são suficientes para caracterizar a prática da conduta vedada pelo art.41-A da Lei das Eleições, consoante entendimento firmado pelo Tribunal Superior Eleitoral.

Imperioso esclarecer, no entanto, que vir a verificar se os documentos carreados aos autos são suficientes, ou não, para atestar a participação pessoal dos candidatos representados na captação ilícita de sufrágio, como pretende o recorrente, exigiria o reexame da matéria fática-probatória, o que é incabível, na seara especial, por força da aplicação das Súmulas nº 7 do STJ e 279 do STF. Neste sentido, cito precedentes:

"AGRAVO REGIMENTAL EM RECURSO ESPECIAL ELEITORAL. ELEIÇÕES 2006. PROPAGANDA ELEITORAL. RECURSO PREJUDICADO. REEXAME DE PROVAS. SÚMULA 279 DO STF. INCIDÊNCIA. AGRAVO IMPROVIDO.

I - A análise das circunstâncias em que ocorreu o fato, conforme requer o agravante, para que se faça o reenquadramento jurídico, implica no revolvimento de toda matéria já discutida pela Corte regional, providência vedada por esse Tribunal em recurso especial, a teor da Súmula 279 do STF.

(Ac. 28172, Relator Min. Enrique Ricardo Lewandowski, p. DJ 21/09/2009)

- o - o - o -
ELEIÇÕES 2006. Agravo regimental no recurso especial. Propaganda eleitoral irregular. Veículo de grande porte. Ônibus. Caracterização de outdoor. Aplicação de multa. Autos desprovidos do relatório e dos votos proferidos no Tribunal Regional. Vedação ao reexame de fatos e provas nesta via extraordinária. Inteligência da Súmula nº 279 do STF. Impossibilidade de aferir, no caso, a existência de dissídio jurisprudencial. Precedente (Acórdão nº 27.765, de 14.8.2008, Rel. Min. Marcelo Ribeiro). Agravo regimental a que se nega provimento.

(...)
É inadmissível recurso especial para reexame da prova dos autos.

(¿)
(RESPE nº 27.776, Rel. Min. Joaquim Barbosa, p. 31.08.2009)
No mais, percebe-se que o Acórdão TSE nº 21.264, trazido aos autos pelo recorrente como paradigma traz discussão em bojo de recurso conhecido como ordinário, no qual é permitido o revolvimento de matéria fática, circunstância que revela, em verdade, a inexistência da necessária similitude fática entre os julgados confrontados para admissão da via especial. Não fosse suficiente, verifica-se que o recorrente não faz o cotejo analítico em face do outro julgado tido por divergente - RESPE nº 21.022/CE, em dissonância com a jurisprudência da Corte Superior Eleitoral, senão vejamos:

ELEIÇÕES 2004. Agravo regimental no agravo de instrumento. Divulgação de pesquisa eleitoral sem prévio registro e sem cumprimento dos requisitos legais. Necessidade de reexame de prova. Impossibilidade. Súmula no 279 do STF. Não incidência do art. 72 da Res.-TSE no 21.610/04. Divergência jurisprudencial não caracterizada. Agravo a que se negou seguimento. Agravo regimental desprovido.

(...)
Divergência jurisprudencial só se caracteriza com o cotejo analítico das teses dos acórdãos confrontados e com a demonstração da similitude fática entre os julgados.

(¿)
(Ac. 6.684, Relator Min. Joaquim Barbosa, p. DJ 01/09/2009)
Nesse diapasão, tenho por não demonstrado, satisfatoriamente, o dissídio jurisprudencial alegado, não encontrando o recurso respaldo na alínea "b" do art. 276 do Código Eleitoral.
ISTO POSTO, NEGO SEGUIMENTO À INSURGÊNCIA POR ENTENDER AUSENTES OS PRESSUPOSTOS DE ADMISSIBILIDADE ESPECÍFICOS PARA O RECURSO ESPECIAL ELEITORAL.
P. R. I.

Belém, 19 de outubro de 2009.
Desembargador JOÃO JOSÉ DA SILVA MAROJA - Presidente."

PUBLICAÇÃO DE INTIMAÇÃO Nº 200/09
RECURSO ESPECIAL NO RECURSO
CONTRA EXPEDIÇÃO DE DIPLOMA Nº 56
RECORRENTE: ROSANA CRISTINA SOARES DE AZEVEDO PEREIRA
ADVOGADOS: FÁBIO SABINO DE OLIVEIRA RODRIGUES E OUTRO

RECORRIDO: DENIMAR RODRIGUES
ADVOGADO: MÁRIO PINTO DA SILVA

Ficam INTIMADAS as partes, por seus advogados, da decisão do Exmo. Sr. Desembargador João José da Silva Maroja - Presidente, proferida nos autos em epígrafe, conforme abaixo:

"Vistos, etc.
Cuida-se de Recurso Especial (fls. 549/559) interposto por ROSANA CRISTINA SOARES DE AZEVEDO PEREIRA, inconformada com as decisões exaradas por esta Corte no bojo do Recurso Contra Expedição de Diploma Eleitoral em epígrafe (Acórdão nº 22.492), anexado às fls. 449/451 e (Acórdão nº 22.534), anexado às fls. 516/517, o primeiro, à unanimidade, conhecido e negado provimento ao Agravo Regimental e o segundo, conhecidos e considerados protelatórios os embargos interpostos, com a consequente aplicação de multa de dois mil reais, nos termos do voto do relator, Juiz José Maria Teixeira do Rosário.

Argumenta a recorrente que: 1) o presente Recurso é tempestivo, posto que protocolado em 05/10/2009 e o Acórdão do qual recorre foi publicado no Diário Oficial do Estado de 30 de setembro pretérito; 2) que os Embargos manejados pela recorrente não tencionaram rediscutir matéria já julgada, mas demonstrar que na própria Corte Regional Eleitoral existe divergência quanto à diligência não reclamada na petição inicial do Recurso Contra Diplomação logo, não existiu o vislumbrado caráter protelatório; 3) que houve violação do art. 270, caput do Código Eleitoral e do art. 5º, inciso LV, da CF/88, já que o pedido de oitiva de testemunhas arroladas pelo Parquet Eleitoral, como fiscal da lei, foi absolutamente inapropriado e acabou provocando um desequilíbrio processual em benefício do ora Recorrido, como sustenta.

Requer, ao final, que se retire o efeito protelatório declaratório declarado pelo TRE/PA, excluindo-se, por conseguinte, a multa aplicada", bem como, que se reconheça os argumentos expedidos acerca da impossibilidade de oitiva de testemunhas não arroladas na petição inicial do RCDE (sic), sugestão do Ministério Público Eleitoral, em face da ausência de previsão legal e, declare nula a produção desta prova nos autos do RCDE nº 56".
Relatado, decido.

Sem maiores digressões, tenho que o presente recurso especial não atende aos requisitos de admissibilidade porque fulminado pela intempestividade, nos termos do art. 275, §4º, do Código Eleitoral.

Com efeito, os embargos interpostos pela ora recorrente foram conhecidos e rejeitados, à unanimidade, em razão de objetivar rediscutir pontos já conhecidos e debatidos pelo colegiado desta Corte Regional, impondo-se, por outro lado, a aplicação de multa pelo caráter protelatório do instrumento (Ac. 22.534, Rel. Juiz José Maria Teixeira do Rosário, fls. 516/520).

Outrossim verifício, sem maior esforço, ser o presente Recurso Especial intempestivo, considerando que, nos termos do art. 275, §4º, do Código Eleitoral, os aclaratórios tidos como protelatórios não interrompem o prazo para a interposição de outros recursos.

Nesse sentido firmou-se a jurisprudência do TSE, ex vi:
"EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. AUSÊNCIA. OMISSÃO. REITERAÇÃO DAS RAZÕES DO AGRAVO REGIMENTAL. DESCABIMENTO. INTEMPESTIVIDADE. RECURSO ESPECIAL. EMBARGOS PROTETELATÓRIOS. EMBARGOS REJEITADOS.

1. Os embargos de declaração protelatórios não interrompem o prazo para interposição de recurso.

(...)
(RESPE 34441, Rel. Min. Eros Grau, p. 17.12.2008)

- o - o - o -
"TERCEIROS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. RECURSO ESPECIAL. CARÁTER MANIFESTAMENTE PROTETELATÓRIO (ARTIGO 275, § 4º, DO CÓDIGO ELEITORAL). REJEIÇÃO.

Embargos manifestamente protelatórios atraem a incidência do § 4º do artigo 275 do Código Eleitoral.
(RESPE nº 32.831, Rel. Min. Fernando Gonçalves, p. 03.12.2008)"

Sobre o tema cito ainda doutrina de Freddie Didier Jr. e Leonardo José Carneiro da Cunha, senão vejamos:

"Já se viu que, opostos tempestivamente os embargos declaratórios, fica interrompido o prazo para a interposição de outros recursos, por qualquer das partes. Mercê desse efeito interruptivo, os embargos de declaração sobressaem como o recurso que se revela com mais propensão a estimular o intuito de procrastinação. Assim, na intenção de obter mais tempo, de dispor de um maior prazo ou até mesmo de protelar o andamento do feito, poderia a parte lançar mão dos embargos declaratórios, pois seu ajuizamento tempestivo tem o condão de interromper o prazo para outros recursos.

Daí, quando manifestamente protelatórios os embargos de declaração, deve-se aplicar a regra contida no parágrafo único do art. 538 do CPC, impondo-se a multa ali prevista."

Ao fim e ao cabo, não atende ao requisito da tempestividade o recurso especial interposto apenas no dia 06.10.2009 (fls. 549, Prot. Nº 12.174/09) em face de Acórdão publicado em 21.08.2009 (fls. 452), fora, portanto, do tríduo legal, uma vez que, conforme demonstrado, o efeito interruptivo dos declaratórios não se operou.

ISTO POSTO, NEGO SEGUIMENTO AO presente RECURSO ESPECIAL ante sua patente intempestividade, com fulcro no art. 275, §4º, do Código Eleitoral.

P.R.I.
Belém, 19 de outubro de 2009
Desembargador JOÃO JOSÉ DA SILVA MAROJA - Presidente

PUBLICAÇÃO DE INTIMAÇÃO Nº 201/09 **RECURSO ESPECIAL NO RECURSO ELEITORAL Nº 2.144**

RECORRENTE: PARTIDO HUMANISTA DA SOLIDARIEDADE - PHS/PA

ADVOGADOS: SÁVIO LEONARDO MELO RODRIGUES
RECORRIDO: JUÍZO DA 76ª ZONA ELEITORAL

Fica INTIMADO o recorrente, por seu advogado, da decisão do Exmo. Sr. Desembargador João José da Silva Maroja - Presidente, proferida nos autos em epígrafe, conforme abaixo:

"Vistos, etc.
Cuida-se de Recurso Especial Eleitoral interposto pelo PARTIDO HUMANISTA DA SOLIDARIEDADE - PHS/PA, visando reformar a decisão consubstanciada no Acórdão nº 19.314, através do qual esta Corte, à unanimidade, conheceu de Recurso Ordinário Eleitoral, mas negou-lhe provimento, mantendo inalterada a sentença do Juízo da 76ª Zona Eleitoral que desaprovou a prestação de contas do citado partido (fls. 72/74).

Aduz, em síntese, o recorrente que: 1) as falhas apontadas foram devidamente justificadas, sendo plenamente possível a aprovação das contas anuais com ressalva, haja vista a existência tão-somente de erros formais; 2) o acórdão guerreado ignorou o princípio do devido processo legal substantivo na medida em que se apegou ao formalismo excessivo; 3) a decisão vergastada está destoante com a jurisprudência do TRE/CE, conforme Acórdão nº 12.476/2008 .

Ao final requer seja conhecido e provido o Recurso Especial para que, reformando-se a decisão atacada, seja a prestação de contas do PHS/Pará, relativa ao exercício de 2004, aprovada com ressalvas.

É o breve relatório. Decido.
O recurso é tempestivo, contudo, não merece prosperar face sua inadequação para atacar a decisão impugnada. Vejamos.

O recorrente, conforme relatado, insurge-se contra decisão que desaprovou as contas por ele apresentadas, tratando-se, por isso, de julgamento de processo de natureza estritamente administrativa, fator que obsta, por si só, a admissibilidade do recurso interposto. Neste sentido:

"O Tribunal Superior Eleitoral tem reiteradamente decidido que não cabe recurso especial contra decisão em processo de prestação de contas, dado seu caráter administrativo" (AgR-AI. no 9.279, de 23.9.2008, rel. Min. Arnaldo Versiani Leite Soares).

"Agravo regimental. Partido político. Prestação de contas anual. Decisão regional. Desaprovação. Recurso especial. Não-cabimento. Processo. Natureza administrativa.

1. É pacífico o entendimento no âmbito do Tribunal Superior Eleitoral no sentido do não-cabimento de recurso especial contra decisão em processo de prestação de contas, dado o seu caráter administrativo.

2. Cabe ao interessado insurgir-se por intermédio das vias judiciais que entender cabíveis, de modo a provocar a jurisdicionalização da questão.

Agravo regimental a que se nega provimento." (AG -8982, de 18.12.2007, rel. Carlos Eduardo Caputo Bastos).(grifo acrescido)

"Embargos de declaração. Agravo regimental. Representação. Irregularidades. Contas. Partido político. Decisão regional. Instauração. Auditoria extraordinária. Matéria. Caráter administrativo. Recurso especial. Não-cabimento. Omissão e contradição. Ausência. Pretensão. Rediscussão da causa. Impossibilidade.

1. Conforme jurisprudência consolidada no âmbito do Tribunal Superior Eleitoral, não cabe recurso especial em processo relativo a contas partidárias, dada a natureza eminentemente administrativa da matéria, o que se aplica inclusive à auditoria extraordinária a que se refere o art. 35 da Lei nº 9.096/95.

(...)
Embargos não conhecidos." (RESPE - 27858, de 27.09.2007, rel. Carlos Eduardo Caputo Bastos) (grifo acrescido)

Isto se justifica porque, encontrando-se diante de um processo administrativo (prestação de contas), qualquer decisão nesse friso revestir-se-á de natureza administrativa, atuando, portanto, o Tribunal Regional Eleitoral em função atípica, não jurisdicional. Doravante, incabível será o Recurso Especial, considerando ser este apto, apenas, para vesgatar decisão de cunho judicial.

Ante todo o exposto, verificada a inadequação da insurgência para combater a decisão impugnada, conforme entendimento sedimentado nesta Corte Eleitoral e na esteira de precedentes do TSE, NEGO SEGUIMENTO AO RECURSO FACE À AUSÊNCIA DE PRESSUPOSTO INTRÍNSECO À SUA ADMISSIBILIDADE.
P.R.I.

Belém, 20 de outubro de 2009.
Desembargador JOÃO JOSÉ DA SILVA MAROJA - Presidente

PUBLICAÇÃO DE INTIMAÇÃO Nº 202/09 **RECURSO ESPECIAL NO RECURSO ELEITORAL Nº 4485**

RECORRENTES: IVO VALENTIM MULLER, JOSÉ RICARDO DE OLIVEIRA, COLIGAÇÃO "UNIDOS PELO PROGRESSO DE MEDICILÂNDIA", DIRETÓRIOS MUNICIPAIS DO PARTIDO DEMOCRÁTICO - DEM E PARTIDO SOCIAL CRISTÃO - PSC DE MEDICILÂNDIA.

ADVOGADOS: SÁBATO G. M. ROSETTI E OUTROS.
ADVOGADO: SÁVIO LEONARDO DE MELO RODRIGUES.
ADVOGADO: MAURÍCIO BLANCO DE ALMEIDA
RECORRIDOS: MARIA LENIR TREVISAN TORRES E COLIGAÇÃO "COM A FORÇA DO POVO"
ADVOGADOS: SELECINA HENRIQUE LOCATELLI E OUTROS.
RECORRIDO: MINISTÉRIO PÚBLICO ELEITORAL.